

Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas**Programa de Mestrado e Doutorado Acadêmico****Programa de Iniciação Científica****EDITAL nº 04/2022 – Programa de Iniciação Científica (PIC) (2022-2023)**

A Coordenadoria Adjunta de Pesquisa da FGV Direito SP, em conformidade com o Regulamento do Programa de Iniciação Científica em vigor na presente data, em especial os seus artigos 2º, § 3º, 6º, inc. II e 10º, § 3º, torna público Edital para seleção de projetos de pesquisa de iniciação científica, nos seguintes termos:

1. DA DESCRIÇÃO GERAL

1.1 A FGV Direito SP comunica a abertura do processo de seleção para o Programa Iniciação Científica (PIC) no período 2022-2023.

1.2 O Programa de Iniciação Científica (PIC) da FGV Direito SP tem a finalidade de estimular o interesse e desenvolver competências e técnicas de pesquisa científica em estudantes do curso de graduação em Direito.

1.3. O PIC é aberto a alunos(as) de todo o país regularmente matriculados/as em cursos de graduação de Direito, que serão orientados(as) por professores(as) da FGV Direito SP.

2. DAS CONDIÇÕES GERAIS

2.1 Durante o programa, que tem duração de um ano, é realizada uma pesquisa de iniciação científica, orientada por um(a) professor(a) da FGV Direito SP, vinculado(a) aos cursos de Graduação e/ou Mestrado e Doutorado Acadêmico.

2.2 As bolsas de pesquisa serão custeadas, a depender de disponibilidade, pelo CNPq e pela Fundação Getúlio Vargas.

2.2.1. A fonte dos recursos e a continuidade do financiamento das bolsas estão condicionadas à disposição de fundos pela Fundação e pelo CNPq.

3. DOS OBJETIVOS

- 3.1 Proporcionar uma experiência de iniciação científica.
- 3.2 Fomentar o interesse pela carreira acadêmica.
- 3.3 Desenvolver habilidades de investigação científica.
- 3.4 Propiciar aos participantes uma experiência estruturada de pesquisa.
- 3.5 Desenvolver a habilidade de aprofundar estudos em um tema específico.
- 3.6 Proporcionar o envolvimento com docentes e pesquisadores(as) da FGV Direito SP.

4. DO PERFIL DO(A) ALUNO(A) CANDIDATO(A)

- 4.1 O(A) aluno(a) candidato(a) deve ter interesse em desenvolver a capacidade de investigação científica, envolvendo: planejamento, coleta e análise de dados, e redação de um relatório de pesquisa.
- 4.2 O(A) aluno(a) candidato(a) deve ter capacidade de planejamento, de organização e de cumprimento de prazos.
- 4.3 O(A) aluno(a) candidato(a) deve ter iniciativa e autonomia no desenvolvimento da pesquisa.
- 4.4 O(A) aluno(a) deve se comprometer com normas e padrões de ética em pesquisa da Fundação Getúlio Vargas.

5. DOS REQUISITOS E COMPROMISSOS DO(A) ALUNO(A) CANDIDATO(A)

- 5.1 São requisitos e compromissos do(a) aluno(a) candidato(a) ao PIC:
 - 5.1.1 Estar matriculado, em junho de 2022, entre o 2º e o 7º semestres do curso de graduação em Direito, quando do início da vigência do programa.
 - 5.1.2 Ter bom desempenho acadêmico.
 - 5.1.3 Não ter vínculo empregatício.
 - 5.1.4 Não estar vinculado a outra modalidade de incentivo à pesquisa em instituições/agências de fomento.
 - 5.1.4.1 Esse requisito não inclui a bolsa Endowment da FGV Direito SP.
 - 5.1.5 Cumprir a programação de reuniões com o(a) orientador(a).

- 5.1.6 Participar de eventos promovidos no âmbito do PIC.
- 5.1.8 Ter currículo na plataforma Lattes CNPq, atualizado no mês de concessão da bolsa.
- 5.1.9 Ter conta bancária (corrente). A conta corrente deverá ser obrigatoriamente no Banco do Brasil para bolsista CNPq.
- 5.1.10 Entregar os relatórios parcial e final, seguindo modelos previamente fornecidos pelo FGV Direito SP e cumprindo os respectivos prazos de entrega.
- 5.1.11 Participar do evento de discussão do relatório parcial de pesquisa e do Seminário Anual de Iniciação Científica da FGV Direito SP, apresentando os resultados finais da pesquisa, em datas a ser agendadas posteriormente.
- 5.1.12 Fazer referência à condição de bolsista da FGV/CNPq em trabalhos apresentados e publicações.
- 5.2 No caso de não cumprimento dos requisitos e compromissos, o(a) aluno(a) deverá devolver, ao CNPq ou à FGV, a(s) bolsa(s) recebida(s) e atualizada(s).

6. DOS REQUISITOS E COMPROMISSOS DO(A) PROFESSOR(A) ORIENTADOR(A)

- 6.1 São requisitos e compromissos do(a) professor(a) orientador(a) do PIC:
- 6.1.1 Estar vinculado aos cursos de Graduação e/ou Mestrado e Doutorado Acadêmico da FGV Direito SP.
- 6.1.2 Possuir identificador [ORCID](#) e Currículo Lattes atualizado.
- 6.1.3 Dar suporte e orientação acadêmica às atividades de pesquisa do(a) orientando(a).
- 6.1.4 Incluir nome do(a) bolsista em publicações e trabalhos apresentados em congressos, cujos resultados tiveram sua participação efetiva.
- 6.1.5 Disponibilizar e cumprir horários para encontros periódicos com o(a) bolsista.
- 6.1.6 Acompanhar a elaboração e entrega, nos prazos estipulados, dos relatórios parcial e final.
- 6.1.7 Solicitar cancelamento da bolsa em casos de não realização das atividades planejadas.

7. DA PREPARAÇÃO DO PROJETO

7.1 As pesquisas de iniciação científica serão desenvolvidas em duas modalidades. O(A) candidato(a) deverá optar por uma das modalidades antes de inscrever seu projeto de pesquisa, considerando que:

7.1.1 Na primeira modalidade, o(a) aluno(a) se insere em um projeto mais amplo de pesquisa desenvolvido por um dos Núcleos de Pesquisa da FGV Direito SP (**Anexo I e Anexo II**);

7.1.1.1 O projeto de pesquisa do(a) aluno(a) deve indicar claramente sua contribuição ao projeto mais amplo em que se insere.

7.1.2 Na segunda modalidade, o(a) aluno(a) propõe um projeto de pesquisa independente, que esteja dentro das agendas de pesquisa do(a) professor(a) orientador(a) (**Anexo III**).

7.2 São requisitos de cada tipo de projeto:

7.2.1 O projeto inserido em um projeto mais amplo de um dos Núcleos de Pesquisa da FGV Direito SP (primeira modalidade) deve ter:

7.2.1.1 Título do projeto;

7.2.1.2 Identificação do(a) aluno(a) e do(a) orientador(a);

7.2.1.3 Indicação do projeto mais amplo;

7.2.1.4 Resumo;

7.2.1.5 Introdução e justificativa;

7.2.1.6 Objetivo geral e objetivos específicos, sua relação com o projeto;

7.2.1.7 Métodos;

7.2.1.8 Referencial teórico;

7.2.1.9 Cronograma de atividades (para 12 meses);

7.2.1.10 Resultados esperados e contribuição pretendida;

7.2.1.11 Contribuição pretendida para o projeto mais amplo;

7.2.1.12 Referências bibliográficas.

7.2.2 O projeto desenvolvido de modo independente pelo(a) aluno(a), a partir de uma das agendas de pesquisa do(a) professor(a) orientador(a) (segunda modalidade) deve ter:

7.2.2.1 Título do projeto;

- 7.2.2.2 Identificação do(a) aluno(a) e do(a) orientador(a);
 - 7.2.2.3 Resumo;
 - 7.2.2.4 Introdução e justificativa;
 - 7.2.2.5 Objetivo geral e objetivos específicos, sua relação com a agenda do(a) orientador(a);
 - 7.2.2.6 Métodos;
 - 7.2.2.7 Referencial teórico;
 - 7.2.2.8 Cronograma de atividades (para 12 meses);
 - 7.2.2.9 Resultados esperados e contribuição pretendida;
 - 7.2.2.10 Referências bibliográficas.
- 7.3 Os projetos deverão ter, no máximo, dez (10) páginas, e devem seguir as seguintes regras de formatação;
- 7.3.1 Letra: Times New Roman;
 - 7.3.2 Tamanho: 12;
 - 7.3.3 Espaçamento: 1,5;
 - 7.3.4 Sistema: Autor-Data;
 - 7.3.5 Margens: Superior/Esquerda 3cm; Inferior/Direita 2cm;
 - 7.3.6 Parágrafo: 1,25;
 - 7.3.7 Regras de formatação: ABNT.
- 7.4 Os projetos deverão ser coerentes com as agendas de pesquisa do(a) professor(a) orientador(a).
- 7.5 Os projetos individuais e coletivos deverão atender os mesmos requisitos quanto a entrega de relatórios parciais e finais. As entregas deverão ser individualizadas, por bolsista, não podendo haver redundâncias entre os conteúdos.

8. DA INSCRIÇÃO

- 8.1 O(a) aluno(a) candidato(a) deverá realizar sua inscrição por email para a Coordenadoria de Pesquisa da FGV Direito SP (pesquisa.direitosp@fgv.br).
- 8.2 No ato de inscrição, o(a) aluno(a) candidato(a) deverá juntar, em PDF:

- 8.2.1 Carta de motivação, de no máximo uma (01) página;
- 8.2.2 Link do [Currículo Lattes](#);
- 8.2.3 Histórico escolar atualizado;
- 8.2.4 Comprovante de matrícula atualizado;
- 8.2.5 Projeto de pesquisa;
- 8.2.6 Identidade ou carteira de habilitação com número do Registro Geral (RG);
- 8.2.7 Comprovante de conta bancária, preferencialmente no Banco do Brasil (a conta deve ser corrente, não pode ser conta-salário ou conta-poupança);
- 8.2.8 Declaração de consentimento do(a) professor(a) para a realização da orientação (**Anexo IV**);
- 8.2.9 Formulário de inscrição preenchido (**Anexo V**);
- 8.2.10 Declaração de não possuir vínculo empregatício e/ou bolsa de pesquisa (**Anexo VI**).
- 8.3 No email de inscrição, o(a) aluno(a) candidato(a) deverá indicar no Assunto: “[Processo Seletivo - Iniciação Científica] Nome completo do(a) aluno(a) candidato(a)”.

9. DO CRONOGRAMA DE INSCRIÇÃO

Etapa	Data	Local/Link
Lançamento do Edital	22/06/2022	Portal de Iniciação Científica da FGV Direito SP
Inscrições	Até 30/07/2022	pesquisa.direitosp@fgv.br
Divulgação do resultado	18/08/2022	Portal de Iniciação Científica da FGV Direito SP

10. DO PROCESSO DE SELEÇÃO

10.1 O processo de seleção será realizado pelo Comitê Institucional composto por professores(as) da FGV Direito SP e do Comitê Externo composto por pelo menos um(a) professor(a) externo(a), publicamente designados/as pela Coordenadoria do Mestrado Acadêmico e Pesquisa.

10.2 O processo de seleção deverá observar os seguintes critérios:

10.2.1 Qualidade acadêmica do projeto de pesquisa;

10.2.2 Aderência do projeto de pesquisa ao projeto do Núcleo ou às agendas de pesquisa de professores(as) orientadores(as) indicados(as);

10.2.3 Histórico escolar e [Currículo Lattes](#).

10.3 O Comitê Institucional também levará em consideração o objetivo de promover a pluralidade e diversidade dos quadros da Escola.

10.4 Os resultados do processo de seleção serão divulgados até 18 de agosto de 2022 no [Portal de Iniciação Científica da FGV Direito SP](#).

10.5 Serão excluídos(as) do processo seletivo os(as) alunos(as) candidatos(as) que:

10.5.1 Não estiverem matriculados(as) em curso de Direito em qualquer Instituição de Ensino Superior (IES) do país, sendo obrigatória a apresentação do comprovante de matrícula;

10.5.2 Não comprovarem estar cursando ou matriculado(a) até, no máximo, o 8º semestre do curso de Direito;

10.5.3 Não apresentarem a documentação completa, indicada no item 8, dentro do prazo de inscrição;

10.5.4 Não indicarem projeto vinculado a Núcleo ou potenciais professores(as) orientadores(as) da FGV Direito SP, que participem do programa de iniciação científica.

11. DA REMUNERAÇÃO

11.1 A remuneração dos alunos será de **R\$600,00 (seiscentos reais) mensais**, no período de 12 (doze) meses, considerando-se uma dedicação média aproximada de 10 (dez) horas semanais.

11.2 Serão exigidos os seguintes documentos para implementação da bolsa:

11.2.1 Cópia do RG, CPF e comprovante de residência;

11.2.2 Declaração atualizada de matrícula da Instituição de Ensino Superior;

11.2.2 Conta corrente individual;

11.2.2.1. A conta corrente deverá ser obrigatoriamente no Banco do Brasil para bolsista CNPq;

11.2.2.2. O(A) bolsista deverá enviar comprovante de seus dados bancários: cópia do cabeçalho do extrato bancário, cartão do banco ou folha de cheque;

11.2.3 Cadastro atualizado no Currículo Lattes; e

11.2.4 Formulário de inscrição preenchido e assinado pelo(a) professor(a) orientador(a).

12. DO CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

01/09/2022	Início dos trabalhos de pesquisa.
03/2023 (06 meses)	Entrega do relatório parcial.
A definir	Apresentação e/ou discussão dos trabalhos com doutorandos(as) da FGV Direito SP
08/2023 (12 meses)	Entrega do relatório final.
A definir	Apresentação e/ou discussão dos trabalhos no Seminário Anual de Iniciação Científica da FGV Direito SP.

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 O(A) bolsista que não apresentar relatório parcial no prazo estabelecido terá sua bolsa suspensa até a entrega e aprovação do mesmo.

13.2 Os(As) candidatos(as) aprovados(as) concorrerão à premiação destinada à distinção dos melhores trabalhos de iniciação científica, realizada no âmbito da FGV Direito SP. A premiação será regulada por Edital específico e não importará no pagamento de importes financeiros.

13.3 Caso o relatório final não seja entregue no prazo, ou venha a ser recusado pelo/a orientador/a, os recursos concedidos deverão ser ressarcidos integralmente à FGV Direito SP.

13.4 A FGV Direito SP poderá cancelar ou suspender a bolsa a qualquer momento, caso se verifique o não cumprimento das normas, deveres e requisitos deste edital ou normas estabelecidas pelo Regulamento de seu Programa de Iniciação Científica.

13.5 Os casos omissos do presente Edital serão resolvidos pela Coordenadoria Adjunta de Pesquisa.

13.6 Em caso de dúvidas, contatar a Coordenadoria de Pesquisa da FGV Direito SP (pesquisa.direitosp@fgv.br).

Proteção de Dados Pessoais: Nos termos da Lei 13.709/2018, os seus dados pessoais contidos em documentos e declarações a serem entregues serão tratados para os fins de seleção conforme os critérios deste Edital e instruirão a formalização do vínculo de bolsista com os(as) aprovados(as). Para os(as) não aprovados(as), os dados serão excluídos após a conclusão do processo seletivo. Caso o(a) Titular, ainda assim, queira exercer algum direito garantido na Lei 13.709/2018, ele poderá entrar em contato pelo canal disponível em: <https://portal.fgv.br/protecao-dados-pessoais>, mediante clique e cadastro na opção "Conheça o Portal do Titular de Dados Pessoais da FGV". No link disposto, também estão publicados a Política de Proteção de Dados Pessoais da FGV, as informações de seu Encarregado de Proteção de Dados Pessoais e demais materiais relativos à legislação de dados pessoais, como Guias e orientações gerais.

Marta Rodriguez de Assis Machado

Coordenadora do PPG Acadêmico da FGV Direito SP

São Paulo – SP, 22 de junho de 2022.

ANEXO I

EDITAL nº 04/2022 – Programa de Iniciação Científica (PIC) (2022-2023)

Núcleos da FGV Direito SP com projetos mais amplos

Este quadro indica os projetos mais amplos desenvolvidos pelo professor(a) orientador(a), no qual o aluno(a) assume uma parte do trabalho.

O projeto mais amplo trata-se da pesquisa desenvolvida por [Núcleos da FGV Direito SP](#), vinculados ao Mestrado e Doutorado Acadêmico.

Núcleo	Professores(as) com disponibilidade de orientação	Vagas para orientação	Temas
Núcleo de Justiça e Constituição	Luciana Gross Cunha Dimitri Dimoulis Rubens Glezer	06 vagas	Controle de constitucionalidade; Direitos fundamentais; Antidiscriminação; Acesso à justiça; Tutela ambiental; Legitimidade da justiça constitucional.
Núcleo de Direito Global e Desenvolvimento	Michelle Ratton Thiago Amparo Salem Nasser	03 vagas para Michelle Ratton; 01 vaga para Thiago Amparo; 01 vaga para Salem Nasser.	Direito Internacional; Direitos Humanos; Decolonialismo; Teoria Crítica.
Núcleo de Direito, Economia e Governança	Mariana Pargendler Sergio Mittlaender	01 vaga por docente	Direito Contratual; Direito Societário; Direito e Economia.
Núcleo de Estudos em Mercados Financeiros e de Capitais	Viviane Muller Prado	01 vaga por docente	Regulação de mercado de capitais; Finanças Sustentáveis, Direito Societário e Proteção de Investidores; Arbitragem em mercado de capitais; Enforcement no mercado de capitais.
Núcleo Direito e Economia Política	Mario Schapiro Raquel Pimenta	Até 03 vagas.	Direito e Economia Política; Regulação Financeira; Anticorrupção; Antitruste.

ANEXO II

EDITAL nº 04/2022 – Programa de Iniciação Científica (PIC) (2022-2023)

Descrição das pesquisas desempenhadas pelos Núcleos

Núcleo	Descrição das pesquisas
Núcleo de Justiça e Constituição	<p>Projeto 1 “Acesso à Justiça e Desastres” (Responsáveis: Luciana Gross Cunha – FGV Direito SP; Daniela Monteiro Gabbay – FGV Direito SP; Maria Cecília Asperti – FGV Direito SP) O objetivo do projeto é produzir dados acerca do impacto de desastres ambientais no Brasil, sob a ótica do acesso à justiça. Em territórios marcados pela acentuada desigualdade, as vulnerabilidades pré-existentes se traduzem em uma maior dificuldade, por parte das comunidades atingidas, de acessar os mecanismos estatais e não estatais de reparação. Quando efetivamente conseguem se fazer representar por instituições como o Ministério Público e a Defensoria Pública em ações coletivas, esses grupos também sofrem com os obstáculos para a sua representação e participação efetiva. A pesquisa pretende identificar tais obstáculos e os instrumentos disponíveis para o seu enfrentamento.</p> <p>Projeto 2 “Democracia e Ações Afirmativas” (Responsáveis: Luciana Gross Cunha – FGV Direito SP; Delton Aparecido Felipe – UEM) O Projeto de Pesquisa tem como objetivo pensar a democracia brasileira a partir da implementação de ações afirmativas em instituições escolares públicas e privadas, além de diversos órgãos da administração pública.</p> <p>Projeto 3 “Justiça Climática e Cidadania” (Responsáveis: Luciana Gross Cunha – FGV Direito SP; José Henrique Bortoluci – EAESP) O objetivo da pesquisa é analisar a relação entre Justiça Climática e Cidadania. Diante da urgência de pensarmos medidas para enfrentar a crise climática, que produz efeitos diversos na organização das sociedades contemporâneas, a pesquisa pretende a partir de estudos de caso de desastres ambientais no Brasil e da literatura em diferentes áreas do conhecimento, questionarmos os limites de temas como cidadania, direitos humanos e democracia, sob a perspectiva do sul global.</p> <p>Projeto 4 “Tratamento antidiscriminatório de minorias sociais” (Responsável: Dimitri Dimoulis) Em seu aspecto formativo, o projeto procura familiarizar @s estudantes com os conceitos, os argumentos e as balizas jurisprudenciais do direito antidiscriminatório. Em sua vertente de pesquisa propriamente dita, o projeto procura identificar, expor e avaliar o tratamento legislativo e judicial, assim como os problemas de eficácia de normas que tutelam (ou deveriam tutelar) uma específica minoria social, sendo objetivo final elaborar um manual de direito antidiscriminatório com exposição detalhada e rigorosa do tratamento de todas as minorias sociais no direito brasileiro.</p> <p>Projeto 5 “O interesse dos governadores em disputas federativas no STF” (Responsável: Rubens Glezer) Esta pesquisa tem como objetivo entender a alta taxa de litigância de governadores contra leis aprovadas em seu próprio estado de origem, em disputas federativas no STF. Para tal, será realizada análise qualitativa de ações de controle concentrado ajuizadas por governadores, mapeando as</p>

	<p>datas relevantes e a temática das ações. A pesquisa envolve levantamento e consolidação de dados empíricos sobre ações constitucionais e processo legislativo estadual.</p> <p>Projeto 6 “Sabedoria e estadismo na jurisdição constitucional” (Responsável: Rubens Glezer) Esta pesquisa visa mapear o debate teórico que relaciona a qualidade da atividade jurisdicional à algumas qualidades intelectuais e de personalidade dos magistrados, em especial de ministros do Cortes Constitucionais. A pesquisa é teórica e envolve a leitura e sistematização de textos filosóficos, em larga medida na língua inglesa.</p>
<p>Núcleo de Direito Global e Desenvolvimento</p>	<p>Projeto 1 “Direito, Desenvolvimento e Mundo pós-colonial” (Coord: Salem Nasser) O projeto objetiva a melhor compreensão das relações entre Direito, Política, Religião e sociedade nos processos de desenvolvimento de países e regiões anteriormente ou atualmente submetidas a colonização ou a ocupação. Interesse especial é voltado para os processos no Mundo Árabe, no Mundo Muçulmano, o que envolve boa parte da África e da Ásia. Serão considerados temas relacionados a: a) A herança colonial no que respeita a instituições, política e direito, e os seus efeitos sobre processos de desenvolvimento; b) A resultante da combinação de direito local, anterior, religioso ou tradicional, com o direito aportado pela colonização e os efeitos sobre o rule of law; c) Os processos de transplante normativo e institucional; d) A relação entre a institucionalidade internacional, política, jurídica e econômica e os processos de desenvolvimento nacional nas sociedades pós-coloniais; e) A resiliência, sob várias formas, de processos de dominação ou hegemonia que substituíram o colonialismo tradicional e sua relação com o desenvolvimento.</p> <p>Projeto 2 “Direito Internacional e suas críticas: (re)contextualizações a partir do Brasil” (Coord: Michelle Ratton) O Direito Internacional foi equivocadamente lido no tempo como um instrumento teórico e prático universal alheio a diversas tradições jurídicas. Nesse sentido, é importante compreender como diferentes tradições jurídicas trabalham e conceituam o campo - a começar pela tradição jurídica brasileira. Assim, o presente projeto de pesquisa pretende analisar como o Direito Internacional é construído no Brasil, a partir de compreensão de quem o produz e quem o utiliza. Para isso, a pesquisa efetuará a coleta de dados empíricos sobre a prática de Direito Internacional no Brasil e, em seguida, efetuará uma análise crítica deste banco de dados.</p> <p>Projeto 3 “Direito e relações econômicas entre Brasil e China: evidências empíricas em contraste” (Coord: Michelle Ratton) A pesquisa proposta objetiva compreender o papel do direito no incremento de relações econômicas entre Brasil e China, sendo este o país com o qual o Brasil mais aumentou seu fluxo de comércio e investimentos, nos últimos anos. Para tanto, serão considerados diferentes níveis regulatórios, de acordos internacionais a regras nacionais e instrumentos jurídicos de caráter contratual. Essa relação entre instrumentos jurídicos nacionais e internacionais, públicos e privados, replica a metodologia adotada nos últimos três anos e com apoio da Fapesp sobre as relações econômicas Brasil-Angola. Além da análise das relações sino-brasileiras em si, este projeto pretende alimentar uma base de dados para comparação entre relações bilaterais economicamente relevantes para o Brasil e instruir no médio prazo uma construção teórica sobre categorias jurídicas de promoção das relações econômicas no Sul Global. A base de dados está sendo construída a partir de uma investigação qualitativa no campo do Direito, com recurso às facilidades de registro de informações e de seu manuseio no software Atlas.ti©; e a contextualização para novas elaborações teóricas tem</p>

	<p>se dado com a aproximação de abordagens críticas do Direito Internacional.</p> <p>“Livro: Direitos Humanos: Perspectiva Internacional” (Coord: Thiago Amparo) O projeto tem o objetivo de recuperar casos emblemáticos de Direitos Humanos no Brasil e no mundo, localiza-los na teoria geral dos Direitos Humanos, de modo que se compreenda como esta se realiza na prática jurídica. Nesse contexto, as análises dos casos, bem como a construção teórica serão materiais para compor o produto final, Livro de Direitos Humanos na perspectiva internacional.</p>
<p>Núcleo de Direito, Economia e Governança</p>	<p>Projeto 1 (Professor Sergio Mittlaender) A indenização por perdas e danos sofridos pelo credor abarca aquilo que efetivamente perdeu mais aquilo que razoavelmente deixou de ganhar (Art. 402 CC). Em outras jurisdições, existe a possibilidade desta ir além, extrapolando seu caráter compensatório, e abarcar também aquilo que o devedor lucrou com o inadimplemento do contrato. Isto ocorre, em raríssimos casos, no Reino Unido e em Israel (<i>disgorgement damages</i>) e na Alemanha (<i>Anspruch auf das Surrogat</i>). A pesquisa deve identificar o estado da discussão relativa à possibilidade de adoção, no direito brasileiro, deste tipo de indenização, mapeando os argumentos avançados pela doutrina e pela jurisprudência que favorecem ou desfavorecem um potencial transplante legal.</p> <p>Projeto 2 “Estudos empíricos em Direito Societário” (Professora Mariana Pargendler) O projeto busca contribuir para a compreensão do funcionamento do Direito Societário no Brasil mediante o exame de decisões judiciais, administrativas e arbitrais e/ou pela análise de práticas societárias e contratuais. Entre os temas de interesse, estão (i) a desconsideração da personalidade jurídica, (ii) a arbitragem societária, (iii) o perfil da efetivação judicial e administrativa dos direitos dos acionistas, (iv) as práticas de governança refletidas em estatutos sociais, contratos sociais, acordos de acionistas e relatórios de sustentabilidade e (v) a conformação da agenda ESG no Brasil.</p>
<p>Núcleo de Estudos em Mercados Financeiros e de Capitais</p>	<p>O Núcleo de Estudos em Mercados Financeiro e de Capitais da FGV Direito SP (“MFCap”) foi criado em 2012 com o objetivo de reunir pesquisadores com interesse na área de mercado financeiro e de valores mobiliários, a fim de somar esforços no desenvolvimento de frentes de pesquisas comuns. Tais pesquisas destacam-se pelo seu caráter preponderantemente empírico, baseado na investigação histórica e documental e amparado por dados coletados, organizados e analisados por seus membros, ao lado do esteio teórico indispensável.</p> <p>São coordenadores do MFCap o professor Ary Oswaldo Mattos Filho (professor fundador da FGV Direito SP) e a professora Viviane Muller Prado (professora da FGV Direito SP e da FGV EESP), reunindo, o Núcleo, ademais, outros professores e pesquisadores (pós-doutorandos, doutorandos, mestrandos e graduandos) com interesse na área de mercado financeiro e de valores mobiliários.</p> <p>O Núcleo dedica-se, atualmente, em três linhas de pesquisa. São elas:</p> <p>Linha de Pesquisa 1 “Instituições e enforcement” O objetivo desta linha de pesquisa é estudar as instituições jurídicas e de mercado. Busca-se produzir dados e análises sobre a efetividade das regras jurídicas relacionadas com o Direito dos Negócios. Os estudos passam pelo desenho institucional, pelas atividades de regulamentação, monitoramento e sancionadora das instituições competentes - isoladamente ou de forma coordenada. Também busca-se compreender a utilização dos instrumentos jurídicos sancionadores e de ressarcimento ou indenização de prejuízos. Pretende-se avaliar a efetividade do corpo normativo relevante para o desenvolvimento econômico e social, bem como compreender as suas</p>

	<p>deficiências.</p> <p>Linha de Pesquisa 2 “Direito do mercado de capitais e desenvolvimento” Qual o papel do Direito no desenvolvimento do mercado de capitais e no desempenho da sua função de financiamento dos agentes econômicos? A partir desta pergunta pretendemos refletir sobre a influência da regulação no desenvolvimento do mercado de capitais e sobre o aperfeiçoamento do modelo regulatório brasileiro. A pretensão de ter um mercado de capitais forte e capaz de canalizar a poupança privada diretamente para o financiamento das empresas nacionais está na história das políticas econômicas brasileiras desde a década de 1960. A utilização do Direito como instrumento de construção deste mercado originou marcos regulatórios necessários ao desenvolvimento do nosso sistema financeiro e do mercado de capitais, mas com um papel que merece ser mais bem compreendido e avaliado, à luz das transformações observadas nos agentes, instrumentos e serviços criados nas últimas décadas.</p> <p>Linha de pesquisa 3 “Direito dos Negócios e Desenvolvimento” Esta linha destina-se ao estudo do campo normativo que rege o ambiente dos negócios e de importantes relações jurídicas nele estabelecidas. A circulação e a distribuição de riquezas ocorrem em uma esfera amplamente regulada pelo Direito, em que normas e instituições jurídicas contribuem ou desestimulam o desenvolvimento econômico e social, bem como impactam o modo como as riquezas produzidas em uma determinada sociedade são apropriadas por distintos grupos. As pesquisas desenvolvidas nesta linha incluem as áreas de M&A, direito da construção e da infraestrutura, e buscam contribuir para o desenvolvimento da dogmática e da teoria jurídica, e para a compreensão dos mecanismos jurídicos relacionados com o desenvolvimento sustentável e de longo prazo.</p>
--	---

ANEXO III

EDITAL nº 04/2022 – Programa de Iniciação Científica (PIC) (2022-2023)

Professores(as) e Temas de Interesse para orientação

Este quadro indica os temas de interesse propostos pelos(as) professores(as) orientadores(as), para o desenvolvimento, de acordo com as áreas de competência e interesse comuns com o(a) aluno(a), um projeto específico.

A indicação dos temas não esgota as possibilidades. Os(As) alunos(as) interessados(as) no PIBIC podem procurar diretamente os(as) professores(as) orientadores(as), para a proposição de pesquisas em temas de seu interesse.

Professor(a)	Áreas de concentração, linhas e projetos de pesquisa
Alessandra Benedito	Direito do Trabalho; A revolução tecnológica e os impactos sobre as relações de trabalho; Direitos Humanos e Empresas; Políticas Públicas para geração de Trabalho e Renda; Raça e mercado de trabalho; Mulheres e Mercado de Trabalho; Compliance antidiscriminatório.
Alexandre Pacheco da Silva	Proteção de Dados Pessoais; Direitos Autorais; Regulação da Inteligência Artificial; Blockchain: Criptoativos, Smart Contracts e NFTs; Regulação da Internet.
André Janjacomo Rosilho	Contratações públicas; Regulação; Controle da administração pública; Desafios de organização administrativa; Inovação e direito público.
André Rodrigues Corrêa	Direito Obrigacional e Contratual; Direito da Responsabilidade; Direito das Garantias do Crédito; Direito dos Contratos Internacionais.
Carlos Ari Vieira Sundfeld	O direito administrativo e suas reformas.
Caio Mario S. Pereira Neto	Direito Econômico; Direito da Concorrência e Regulação; Concorrência na Internet e Plataformas Digitais.
Cassio Machado Cavalli	Teoria geral do direito empresarial; Direito societário; Financiamento da empresa; Insolvência e recuperação de empresa; Direito e economia.
Clarissa Piterman Gross	Filosofia do direito: positivismo jurídico, teorias interpretativas do direito. Liberdades Cívicas (ênfase em liberdade de expressão): Teorias das liberdades cívicas (liberdade de expressão, liberdade religiosa, liberdade de manifestação); Estudo e crítica da jurisprudência brasileira em liberdades cívicas; Liberdade de expressão e governança da internet. Teorias da justiça.
Daniel Wei Liang Wang	Direito e saúde; Bioética; Direitos e políticas públicas; Direito constitucional e direitos humanos.
Daniela Monteiro Gabbay	Meios de solução de conflitos: Negociação, Mediação, Arbitragem, Judiciário e outros; Estratégia Processual e Desenho de Sistemas de Solução de Conflitos; Pesquisas Judiciárias: causas da morosidade, litigância e gerenciamento de demandas repetitivas.
Davi de Paiva Costa Tangerino	Fronteiras entre Direito penal e direito administrativo; Pesquisa empírica em Direito penal econômico; Direito penal e compliance.
Dimitri Dimoulis	Análise jurisprudencial de direitos fundamentais.
Eloisa Machado de Almeida	Crise democrática; Direitos fundamentais e direitos humanos: sistemas internacionais de proteção de direitos humanos; STF: controle de constitucionalidade; reformas constitucionais; interpretação; ações constitucionais.
Eurico Marco Diniz	Pesquisa Jurisprudencial (<i>Projeto NEF Repertório Analítico de</i>

de Santi	<i>Jurisprudência do CARF</i>); Tributação sobre o Consumo e Imposto sobre o Valor Agregado – IVA (<i>Projeto NEF Tributação sobre o Consumo no séc. XXI</i>); Pesquisa sobre Reforma Legislativa para o CTN (<i>Projeto NEF CTN do séc. XXI</i>).
Fernando Scharcack Marcato	Direito Administrativo; Infraestrutura.
Flavia Portella Püschel	Análise feminista do direito (privado); Argumentação Jurídica; Jurisprudência (especialmente do STJ); Responsabilidade Civil; Seguros; Pessoa Jurídica.
Flávia Scabin	Grandes Empreendimentos, licenciamento ambiental e impactos nas comunidades locais; Direitos Humanos e Empresas; Meio Ambiente e Desenvolvimento; Desastre de Mariana; Trabalho escravo; Licenciamento ambiental.
Heloisa Estellita	Direito penal econômico; Direito penal e novas tecnologias; Criptomoedas e seus aspectos penais; Proteção de dados na segurança pública e na persecução penal.
José Garcez Ghirardi	Representações sociais e Direito: busca examinar como formas de construção da noção de sujeito impactam os modos de pensar e implementar o Direito; Artes e Direito: por meio da análise de obras de arte busca examinar as conexões entre formulações dos conceitos de "belo" e de "justo".
Juliana Bonacorsi de Palma	Direito Administrativo; Reformas administrativas; Regulação; Controle da Administração Pública; Organização Administrativa. Qualquer tema dentro dessas linhas é bem-vindo. Para facilitar o diálogo acadêmico, apresento os principais temas da minha agenda de pesquisa em 2018-2019: Acordos administrativos; Processo de elaboração de normas pelo Poder Público; Política dos cargos em comissão e sua disciplina jurídica; Segurança jurídica e Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro; Agentes públicos de linha de frente (<i>street-level bureaucracy</i>); Controle da Administração Pública.
Leonor Augusta Giovine Cordovil	Direito Público, sanções e efetividade no cumprimento da lei; Acordos na administração pública; Regulação e governança pública
Lie Uema do Carmo	Contratos Empresariais, Operações Societárias e Mercado de Capitais.
Luciana Gross Cunha	Direito e Desenvolvimento; Política e Instituições Brasileiras; Acesso à Justiça; Judicialização da Política.
Luciano Benetti Timm	Direito e Economia: Análise Econômica e Comportamental do Direito: aplicações práticas ao direito privado e à solução de disputas; Neurociência e Direito: aplicações práticas ao direito privado e à solução de disputas; Arbitragem doméstica e internacional.
Luciano de Souza Godoy	Estratégias de contencioso; Arbitragem; Direito de Propriedade; Direito das Obrigações; Contratos.
Maria Cecilia de Araújo Asperti	Acesso à justiça, conflito e sociedade: Pesquisas que proponham a rediscussão da agenda de acesso à justiça no contexto sociopolítico atual. Propõe-se temas que problematizem representação e participação no processo, processo coletivo, técnicas de julgamento de casos repetitivos, precedentes e processo de interesse público. Também se inserem nessa linha discussões sobre o papel das instituições do sistema de justiça na promoção do acesso à justiça e da assistência jurídica integral. Mediação de conflitos: Pesquisas, preferencialmente empíricas, que proponham um olhar crítico para a mediação de conflitos, seja no âmbito do Judiciário, seja em outras esferas, como empresarial, comunitária, organizacional e escolar. Processo, gênero e sexualidade: Pesquisas que discutam a relação entre o Judiciário, o processo civil e questões de gênero e sexualidade. Inclui-se aqui discussões sobre medidas protetivas da Lei Maria da Penha, transexualidade e orientação sexual colocadas em juízo, dentre outros, com ênfase, especificamente, nos obstáculos processuais.

	Outros temas relacionados a institutos de processo civil também poderão ser pesquisados.
Mariana Souza Pargendler	Estudos empíricos em direito societário e contratual; Direito privado e desigualdade; Direito comparado nos tribunais e na doutrina brasileira; Direito e economia nos tribunais brasileiros; Direito dos negócios em perspectiva comparada.
Marina Feferbaum	Direito e tecnologia; Direitos Fundamentais e Direitos Humanos; Sistemas Internacionais de Proteção de Direitos Humanos; Ensino Jurídico; Metodologia de Pesquisa.
Mario Engler Pinto Junior	Arranjos contratuais e societários para estruturação de negócios nos setores público e privado; Operações financeiras (empréstimos sindicalizados, financiamento de projetos, securitização de recebíveis, estruturas de garantia, fundos de investimento, emissão de debêntures, emissão de ações); Modelagem de projetos de infraestrutura (concessão e PPP); Regulação da infraestrutura (modelos regulatórios, com ênfase ao setor de saneamento básico); Empresa estatal e parcerias societárias; Terceiro setor: organização e contratos específicos.
Mario Gomes Schapiro	<p>1. Direito, Desenho Institucional e a Governança Democrática do Estado Desenvolvimentista Descrição: A retomada da agenda do desenvolvimento apresenta um desafio para pesquisadores de direito e desenvolvimento: como desenhar arranjos jurídico-institucionais que sejam economicamente efetivos e democraticamente porosos. Assumindo que as estratégias de desenvolvimento conviveram usualmente com arranjos de economia política autoritários, o problema que instiga este projeto é o da tensão entre legitimidade democrática e efetividade da intervenção do Estado. O objeto deste projeto são as interfaces entre as políticas de desenvolvimento e os seus mecanismos de accountability.</p> <p>2. LANDS - Law and the New Developmental State Descrição: O projeto LANDS parte da premissa de que alguns países em desenvolvimento, dentre eles o Brasil, estão explorando formas por meio das quais o Estado pode promover simultaneamente crescimento e igualdade e que tais esforços vão mais além do assim chamado Consenso de Washington. O projeto, assim, busca identificar as diferentes trilhas que esses esforços estão percorrendo, examinando o papel do direito como indutor (ou como obstáculo) a esse assim denominado novo Estado desenvolvimentista . Website: http://law.wisc.edu/gls/lands.html.</p> <p>3. Estado, Direito e Financiamento Descrição: Projeto de pesquisa dedicado a uma observação constante da participação do Estado como agente financeiro no sistema financeiro nacional. O objeto desta análise são os bancos públicos, suas ferramentas jurídicas, os mecanismos de accountability e a racionalidade deste tipo de intervenção econômica, baseado na propriedade estatal dos ativos financeiros.</p> <p>4. Regulação, Defesa da Concorrência e Desenvolvimento Descrição: O Estado ajuda ou atrapalha o ambiente de negócios e a vida das pessoas? A resposta para esta questão embalou acesos debates teóricos e práticos ao longo dos últimos anos. De um lado da contenda, figuravam autores e formuladores de política otimistas em relação ao papel do Estado. De outro lado, residiam os pessimistas, aqueles que viam na participação do Estado um excesso de controle e de regulação, perniciosos à vida social e ao empreendedorismo privado. Passados alguns anos, há evidências suficientes para assumir que ambas as posturas estão equivocadas: o Estado é de fato um agente relevante na cena econômica e social, mas a sua atuação mal desenhada pode comprometer a organização da sociedade e do ambiente de negócios. Diante disso, como funcionam e que papel podem ter os mecanismos de regulação pública da economia? Tendo em conta que o</p>

	<p>Estado, quando bem organizado e sujeito a uma disciplina satisfatória, pode ser um elemento chave para o desenvolvimento e o progresso de sociedade, a regulação econômica e a defesa da concorrência cumprem um papel estratégico: são estes campos que detêm a missão de organizar de disciplinar a interface público-privada.</p>
<p>Marta Rodriguez de Assis Machado</p>	<p>1. Demandas de penalização e encarceramento na sociedade contemporânea Esta agenda de pesquisa está formulada a partir do diagnóstico de expansão do direito penal e suas consequências. Observa-se, de um lado, as demandas de penalização presentes na esfera pública e, de outro, as ideias naturalizadas que contribuem para a automatização da resposta penal aos problemas sociais, em especial a prisão. Estuda-se também como a ênfase na gramática penal nos debates públicos vem funcionando como obstáculo às políticas de alternativas penais e à possibilidade de se repensar as políticas públicas de responsabilização e sanção. Abre-se aqui espaço para investigar também outros tipos de respostas estatais disponíveis. Essas questões se explicitam na atuação dos movimentos sociais que, paradoxalmente, atuam ao mesmo tempo sob a gramática dos direitos humanos e pedem mais punição e mais prisão. O caso do movimento negro, movimento feminista e LGBT são objeto de estudo privilegiado nesta pesquisa.</p> <p>2. Ciclo de protesto, repressão policial e mobilização jurídica O propósito do projeto é investigar a dupla face do ciclo de protesto de junho de 2013 a junho de 2014: a do policiamento ostensivo e violento das ruas e, em contrapartida, a da mobilização jurídica impulsionada pelo uso da força policial. A pesquisa focaliza simultaneamente: (i) o repertório policial e a reação dos agentes do sistema jurídico (Ministério Público, Defensoria Pública Judiciários estaduais e federais, STF) e do sistema político; (ii) a mobilização jurídica promovida por advogados e organizações de defesa de direitos focalizando as adaptações, mudanças, inovações do repertório de confronto diante da reação das instituições judiciais. Estudos de caso ou temas mais específicos que se relacionem com esse objeto são bem-vindos.</p> <p>3. Direito e gênero: as disputas pela regulação do aborto no Brasil A pesquisa foca na reconstrução das disputas envolvendo a regulação do aborto no Brasil e as dinâmicas entre mobilização, esfera pública e instituições formais. Pretende reconstruir a trajetória desse cenário regulatório e estudar mais detidamente alguns momentos considerados chave nessa disputa: as normas técnicas do Ministério da Saúde sobre o acesso ao aborto legal e o atendimento pelo sistema público de saúde; o caso do feto anencefálico decidido pelo STF em 2012; e os projetos de lei em curso no legislativo (o Estatuto do Nascituro e a reforma do Código Penal). São bem-vindos projetos de pesquisa que se relacionem parcialmente com alguma dessas esferas.</p> <p>4. Racismo e anti-racismo no Brasil Nesta linha de pesquisa analisamos a forma como os mecanismos legais do antirracismo brasileiro tem funcionado e os principais obstáculos à sua aplicação vis-à-vis a dinâmica social do estigma e dos insultos raciais. Observamos ainda as disputas por políticas públicas de igualdade racial, bem como as disputas interpretativas que se dão no campo do judiciário buscando a aplicação da legislação existente.</p>
<p>Michelle Rattton Sanches Badin</p>	<p>Direito Global/ Direito Internacional Econômico</p> <p>Projeto 1: Direito e relações econômicas entre Brasil e China: evidências empíricas em contraste Este projeto de pesquisa objetiva compreender o papel do direito no incremento de relações econômicas entre Brasil e China, sendo este o país com o qual o Brasil mais aumentou o seu fluxo de comércio e investimentos nos últimos anos. Para tanto, serão considerados diferentes níveis</p>

	<p>regulatórios, desde acordos internacionais, a regras nacionais e instrumentos jurídicos de caráter contratual, em especial de financiamento. Além de um recorte temático, este projeto de pesquisa pretende avançar com a experiência de pesquisa qualitativa no campo do Direito, com o emprego de técnicas empíricas, incluindo a análise de discursos e o recurso ao software de análise de dados Atlas.ti. A opção pela pesquisa qualitativa e essa sua abordagem tem em vista ampliar conceitos e categorias do Direito Internacional Econômico, a partir do exemplo de relações econômicas envolvendo países do Sul Global no sistema econômico internacional e instrumentos não tradicionais do Direito Internacional moderno. O presente projeto é desenvolvido com os seguintes parceiros: UFRGS (Prof. Fabio Morosini), University of Sydney/Austrália (Profa. Vivienne Bath), University of Wollongong/ Austrália (Profs. Colin Picker e Markus Wagner). O projeto também se beneficia de financiamento FAPESP (Sprint e Auxílio regular à pesquisa).</p> <p>Projeto 2: Convergência regulatória nas relações econômicas internacionais Esta pesquisa tem tido como base a proposta de projetos de coerência regulatória, a partir de acordos de comércio e promovidos por organizações econômicas internacionais (e.g. OCDE, FMI, OMC), e foca na nos procedimentos estabelecidos para este processo de convergência de padrões e procedimentos regulatórios. O presente projeto é desenvolvido em parceria com o Centro de Comércio Global e Investimentos da EESP/FGV.</p> <p>Projeto 3: Direito Internacional e suas críticas: contextualizações a partir do Brasil Trata-se de um projeto para identificar as principais matrizes de pensamento e de formação de ideias, no campo do Direito Internacional no Brasil. O projeto passa pelo mapeamento da formação de acadêmicos e profissionais, de sua formação e atuação. Projeto interinstitucional entre FGV/MACK/IRI-USP/UFRGS.</p> <p>Projeto 4: Direito global entre autoritarismos e resistências Projeto que se concentra em pesquisas sobre impactos de regras e alinhamentos político-institucionais de caráter transnacional que resultam em processos autoritários, seja de concentração de poder seja de renda. Neste projeto, tem-se a intenção de (1) mapear os ataques às instituições e regras da ordem liberal internacional, (2) entender como a literatura tem sistematizado estes fenômenos, em novas agendas de pesquisa (populismo, autoritarismo, direito internacional reativo etc), e (3) mapear o recurso às instituições e regras vigentes para a resistência aos processos autoritários.</p>
Mônica Steffen Guise Rosina	Direito e Tecnologia.
Olivia de Quintana F Pasqualetto	Estudos empíricos em Direito do Trabalho; Direito Internacional do Trabalho; Relações de trabalho e tecnologias; Futuro do trabalho; Saúde e segurança dos trabalhadores.
Osny da Silva Filho	<ol style="list-style-type: none"> 1. Teoria do direito <ol style="list-style-type: none"> a. Conceitos jurídicos fundamentais (esp. no campo do direito privado) b. Direito e filosofia política (esp. teorias da justiça e pensamento utópico) c. Direito e filosofia moral (inc. metaética e ética prática) d. Direito e economia e. Igualdade 2. Direito dos contratos <ol style="list-style-type: none"> a. Cláusulas atípicas (mapeamento) b. Estruturas contratuais comparadas c. Inadimplemento (jurisprudência) d. Renegociação e revisão (inc. teorização de volubilidade) 3. Direito e tecnologia (esp. <i>blockchain</i>) <ol style="list-style-type: none"> a. Meios de pagamento (inc. <i>vouchers</i>)

	<ul style="list-style-type: none"> b. Tokenização de ativos (inc. ativos registráveis, ICOs e circulação) c. Novas aplicações (esp. <i>smart contracts</i> e DAOs) <p>4. Arbitragem (inc. arbitragem <i>on-chain</i>)</p> <ul style="list-style-type: none"> a. Deveres de declaração, conflitos de interesses, imparcialidade e nulidade b. <i>Smart contract arbitration</i> e <i>self-enforcing arbitration</i> c. Ordem pública <p>5. Metodologia da pesquisa em direito (esp. metodologias de pesquisa doutrinária).</p>
Rabih Nasser	Direito do comércio internacional; Direito internacional econômico – acordos da Organização Mundial do Comércio (OMC), acordos de livre comércio, Convenção das Nações Unidas sobre Contratos de Compra e Venda Internacional de Mercadorias; Regulação do comércio internacional por instituições privadas – <i>lex mercatória</i> ; Contratos internacionais; Arbitragem.
Raquel de Mattos Pimenta	Direito Administrativo; Regulação e Concorrência; Direito e Economia Política. Corrupção e seu controle. São encorajados trabalhos que explorem as diversas interfaces entre corrupção e desenvolvimento econômico e social. São encorajadas pesquisas além do universo do suborno, em temas como conflito de interesse, nepotismo, influência indevida, dentre outros. São bem-vindos projetos sobre efetividade e legitimidade do controle estatal (administrativo, cível e/ou penal), mas também de políticas de prevenção, participação e transparência, seja no Brasil ou internacionalmente. Relações público-privadas contemporâneas nas transformações das políticas regulatórias e de concorrência. São encorajadas pesquisas que investiguem o papel do Direito em reconfigurar relações público-privadas na contemporaneidade, por exemplo, em decisões de agências reguladoras, instrumentos contratuais, instituições de participação e/ou outras. Legalismo autocrático em perspectiva comparada trata de uma literatura crescente sobre como o arcabouço jurídico pode ser utilizado para subverter o Estado de Direito por líderes com pretensões autocráticas. São bem-vindos projetos que discutam o papel do Direito Administrativo na erosão da democracia, de preferência, por meio de pequenos estudos de caso que dialoguem com a literatura mais ampla.
Raquel Lima Scalcon	Temas de Direito Penal e Direitos Fundamentais (controle constitucional de leis penais); Temas de Direito Penal e Direito Administrativo (relações); Problemas concretos de teoria do delito e de teoria da pena; Temas atuais de direito processual penal.
Renata Carlos Steiner Reisdorfer	Direito das Obrigações (Teoria Geral); Perturbações das Obrigações; Responsabilidade civil; Quantificação de danos.
Roberto Quiroga Mosquera	Direito Tributário.
Rodrigo Fialho Borges	Preferência para pesquisas interdisciplinares e/ou empíricas nas seguintes áreas: direito concorrencial; direito societário; contratos empresariais; <i>ESG</i> , relação entre empresas e direitos humanos; direito e tecnologia. Incentiva-se o relacionamento da pesquisa com desenvolvimento e redução de desigualdades
Ronaldo Porto Macedo Junior	Filosofia do Direito (especialmente Positivismo Jurídico, concepções semânticas e interpretativas do direito); Hermenêutica e aplicação do Direito (Hart, Dworkin, Alexy e a tradição analítica, entre outros); Ética e Direito; Teorias da Justiça (utilitarismo, comunitarismo, Rawls, etc.); Fundamentos Teóricos do Direito Contratual e da Responsabilidade Civil; Liberdade de Expressão.
Rubens Eduardo Glezer	Separação de Poderes e crise democrática. Pensar a relação entre poderes no contexto de crise; Federalismo. Estudo dos mecanismos de competição institucional entre os entes federativos; Liberdade e Igualdade. Relação entre

	essas duas virtudes políticas; Processo Constitucional e Devido Processo Legal. Como o desenho institucional pode ser aprimorado para mitigar violações recorrentes e politização indevida do Supremo Tribunal Federal.
Salem Hikmat Nasser	<p>1. Direito da Globalização e Direito na Globalização O projeto de pesquisa explora as diversas e complexas relações entre o Direito e a globalização. No contexto atual de fragmentação, o Direito Internacional enfrenta novas normatividades, para além da esfera meramente estatal. A inexistência de amplo consenso em diversos dos conceitos pertinentes – globalização, governança, etc – torna o cenário ainda mais complexo. Os temas de trabalho de iniciação científica relacionados ao projeto podem abarcar: como a globalização foi construída enquanto projeto; como o Direito participa do processo de globalização; como organizar uma tipologia para as normas e instituições que surgiram nas últimas décadas, e como se relacionam.</p> <p>2. Direito, Desenvolvimento e Mundo pós-colonial Com grande potencial multidisciplinar, este projeto explora o papel do Direito no Desenvolvimento, em especial nos países com história marcada pelo processo colonizador. Temas possíveis de iniciação científica podem abarcar: a exploração conceitual de Direito e Desenvolvimento, no contexto pós-colonial; qual o papel e espaço ocupado pelo Direito nos diversos sistemas jurídicos, para além do mundo ocidental moderno; choques e transplantes de estruturas jurídicas e dispositivos; análise comparada entre sistemas e ordenamentos. Há especial interesse em explorar e aprofundar o estudo sobre os mundos árabe, islâmico e do Oriente Médio. Ainda, é bem vindo o aporte de novas epistemologias e metodologias, inclusive de outras áreas das ciências humanas e humanidades em geral – a ver, história, sociologia, religião, ciência política, etc. Mantém, no entanto, a necessidade de ter o Direito sempre no horizonte de pesquisa.</p>
Sarah Marinho	Estudos empíricos em direito societário; Regulação do mercado financeiro e de capitais; Fusões e aquisições e reestruturações societárias; Estratégias societárias para financiamento de projetos públicos e privados; Grupos econômicos e concorrência; Investimento direto no exterior e direito privado.
Sergio Mittlaender Leme de Souza	Análise Econômica do Direito.
Sidnei Amendoeira Junior	<p>Direito Processual Civil, com ênfase em: Princípios do DPC; Precedentes no direito brasileiro; Partes e terceiros no processo; Negócios jurídicos processuais; Validade e aproveitamento dos atos no processo/fungibilidade de meios; Poderes do juiz no processo; Pressupostos ao julgamento de mérito; Fase postulatória do processo; Saneamento compartilhado; Direito probatório (direito constitucional à prova), produção antecipada de prova sem urgência, provas ilícitas e distribuição dinâmica do ônus da prova; Tutelas provisórias; Recursos Ordinários; Recursos Extraordinários; Sentença e seus capítulos; Coisa julgada, ação rescisória e sua relativização; Responsabilidade patrimonial e incidente de desconsideração da personalidade jurídica; Execução de título extrajudicial; Liquidação e cumprimento de sentença.</p> <p>Estão fora da minha linha de pesquisa apenas temas de processo relacionados: ao sistema multiportas, demandas coletivas e ações constitucionais.</p>
Tarcila Reis Jordão	Direito Administrativo e Políticas Públicas; Reforma do Estado e Direito Administrativo; Concessões e PPPs: estruturação e gestão; Agências reguladoras e projetos de concessão e PPP; Financiabilidade de Projetos de Infraestrutura.
Tathiane dos Santos Piscitelli	Tributação e gênero; Tributação e justiça fiscal.
Thiago de Souza	Discriminação e Diversidade, em especial: direitos LGBT, gênero e raça;

Amparo	Direitos fundamentais e direitos humanos, incluindo sistema internacional e sistemas regionais de direitos humanos; Direito constitucional comparado, em especial comparando com EUA e/ou África do Sul; Jurisprudência nacional sobre direitos humanos, inclusive no STF; Discursos de ódio; Violência institucional e violência policial, incluindo racial profiling; Migração e refúgio no direito brasileiro e internacional.
Thiago Reis e Souza	Direito Privado; História do Direito; Teoria do Direito.
Vera Cristina Caspari Monteiro	Regulação e os novos desafios das relações público-privadas; Controle e governança pública; Contratos público-privados de infraestrutura e o desenvolvimento: como melhorar a segurança jurídica.
Victor Nóbrega Lucas	Argumentação Jurídica (especialmente trabalhos baseados em teoria da argumentação e lógica informal); Teoria Geral do Direito; Direito e Novas Tecnologias, especialmente vinculadas à Inteligência Artificial; Privacidade e Proteção de Dados Pessoais.
Vivianne Ferreira Mese	Direito Civil; Direito Comparado; Metodologia Jurídica. Podem ser aceitos quaisquer temas dentro dessas áreas. A título de exemplo, são essas as linhas de pesquisa que me interessam no momento: Sistema de capacidades no CC e EPD; Diálogo e incongruências entre Parte Geral e Parte Especial do CC; Direito Civil Constitucional e a extinção da autonomia privada; Dirigismo contratual e intervenção do Estado nos contratos; “Consumeirização” do Direito Civil; Garantias reais; “Judicialização” de relações afetivas e o Direito de Família; O impacto do envelhecimento da população no Direito, em especial no Direito de Família e Direito das Sucessões; Sucessão universal como fenômeno cultural brasileiro; Planejamento sucessório e empresa familiar; Pesquisa e metodologia comparada; Metodologia jurídica e sua função de dizer o que é direito e qual é o direito; Interpretação “à brasileira”: “recepção” de institutos jurídicos estrangeiros, argumentação retórica e/ou tópica, recurso a princípios e cláusulas gerais como forma de selecionar o direito aplicável, fundamentação de sentenças judiciais, etc.
Wanderley Fernandes da Silva	Pesquisar de maneira interdisciplinar (incluindo matérias não jurídicas) estruturas contratuais e empresariais adequadas ao desenvolvimento de empreendimentos nos setores público, privado, bem como sua interação. Estudar os institutos civis e comerciais, suas deficiências e evolução para atendimento de novas realidades do mercado. Os estudos e pesquisas compreenderão (i) sistematização das práticas usuais de mercado; (ii) compreensão da função socioeconômica desempenhada; (iii) identificação e discussão de questões jurídicas sensíveis; (iv) avaliação crítica de soluções adotadas; (v) proposta de aprimoramento de modelos negociais e adequação do marco legal vigente.

ANEXO IV**EDITAL nº 04/2022 – Programa de Iniciação Científica (PIC) (2022-2023)****Declaração de consentimento do(a) professor(a) para a realização da orientação**

Eu, [Nome completo], declaro ciência à candidatura do(a) aluno(a) [Nome completo], regularmente matriculado no curso de [Curso] da [Instituição de Ensino Superior], ao Edital nº 04/2022 – Programa de Iniciação Científica (PIC) (2022-2023).

No caso de aprovação da candidatura do(a) aluno(a), declaro consentimento à realização da orientação.

São Paulo – SP, [dia] de [mês] de [ano]

[Assinatura]

Professor(a) [Nome completo]

Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas

ANEXO V

EDITAL nº 04/2022 – Programa de Iniciação Científica (PIC) (2022-2023)

Formulário de inscrição preenchido

Nome completo (sem abreviações)	
Data de Nascimento	
Local de Nascimento	
Nacionalidade	
RG	
Órgão emissor, local e data (RG)	
CPF	
Endereço completo	
CEP	
Telefone/Celular	
E-mail	
Nome do banco e número	
Nº da agência bancária	
Nº da conta corrente	
Instituição de Ensino Superior	
Nº de matrícula	
Lista de professores(as) orientadores(as) da FGV Direito SP pretendidos(as) (em ordem)	1º: 2º: 3º:

ANEXO VI**EDITAL n° 04/2022 – Programa de Iniciação Científica (PIC) (2022-2023)****Declaração de não possuir vínculo empregatício e/ou bolsa de pesquisa**

Eu, [Nome completo], portador(a) da Cédula de Identidade RG n° [Número do RG], inscrito(a) no CPF sob o n° [Número do CPF], declaro não possuir vínculo empregatício nem receber bolsa de outra entidade, salário ou remuneração decorrente do exercício de atividades de qualquer natureza.

São Paulo – SP, [dia] de [mês] de [ano]

[Assinatura]